



À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS/MT  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES**

Av. Duque de Caxias, nº 1.000 – Vila Aurora – CEP 78740-022 –  
Rondonópolis/MT – Home Page: [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br) – e-mail:  
[pmrroo@hotmail.com](mailto:pmrroo@hotmail.com) – Fone (0\*\*66) 3411-5741.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR JAILTON NOGUEIRA DE SOUZA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
(Autoridade Subscritora do Edital)**

**E**

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A)**

**REF. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2019**

**PROCESSO DE COMPRA Nº 688/2019**

**FINALIDADE:** Registro de preços.

**TIPO:** Menor preço item.

**DATA DE ABERTURA:** 02/07/2019 às 09:30 hs.

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual aquisição playgrounds destinados a atender às necessidades da secretaria municipal de esporte e lazer, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 1.115.400,00 (hum milhão, cento e quinze mil, e quatrocentos reais).

A empresa **FUTURA COMÉRCIO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 68.858.539/0001-10- IE. 90591535-5, sediada na Avenida Anita Garibaldi, 1913, Conjunto 06, Ahú, Curitiba-PR, CEP 82200-530. Fone: (41) 3653-7828 – e-mail: [futura.vendas@hotmail.com](mailto:futura.vendas@hotmail.com), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, respeitosamente comparece perante essa Prefeitura para apresentar:

**IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL**

Com supedâneo no § 2.º do artigo 41 da lei 8666/1993 - aplicável por força do artigo 9.º da lei federal n.º 10520/2002, e pelo art. 12 do Decreto nº 3.555/00 – bem como, nos princípios constitucionais que norteiam todos os procedimentos licitatórios, **tendo em vista as inconformidades editalícias, que suscitam a necessidade imperiosa da sua alteração, sob pena de tornar nulo todo o certame, conforme poderá ser claramente verificado através dos fatos e fundamentos que passam a ser aduzidos a seguir:**

**Futura Comércio de Materiais Educacionais Ltda.**  
CNPJ 68.858.539/0001-10 IE. 90591535-50  
Avenida Anita Garibaldi, 1913, Conjunto 06, Ahú, Curitiba-PR, CEP 82200-530.  
Fone: (41) 3653-7828 – e-mail: [futura.vendas@hotmail.com](mailto:futura.vendas@hotmail.com)



## **I. DOS FATOS**

A PREFEITURA DE RONDONÓPOLIS publicou o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2019, objetivando o registro de preços para aquisição de **playgrounds**, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

A sessão pública inaugural do pregão eletrônico n.º 09/2019, será realizada no dia 02/07/2019 (terça-feira) às 09:30 horas, quando serão recebidos os envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação logo após o credenciamento das empresas interessadas em participar. A empresa ora impugnante, visando participar do certame em tela, adquiriu o Edital e passou a analisá-lo de forma a se adequar as exigências ali contidas.

Referida análise, entretanto, resultou na observação de flagrantes ilegalidades constantes no instrumento convocatório do procedimento licitatório em questão, que o tornam eivado, e passível da declaração de nulidade a qualquer tempo, conforme passará a ser demonstrado.

## **II. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.**

Depreende-se do descritivo técnico o anseio da municipalidade em adquirir playgrounds cuja estrutura das torres e do balanço seja confeccionada em alumínio. Ocorre, entretanto, que conforme passará a ser demonstrado, a opção fere o princípio da eficiência administrativa.



Segundo **Celso Antônio Bandeira de Mello**, em seu *Curso de Direito Administrativo*, o princípio da eficiência administrativa decorre diretamente do princípio da boa administração, que, nos casos em que há discricionariedade, impõe como vinculante o **dever da escolha mais adequada e eficiente, limitando a discricionariedade à esta condição:**

“O fato é que o princípio da eficiência não parece ser mais do que uma faceta de um princípio mais amplo já superiormente tratado, de há muito, no Direito italiano: o princípio da “boa administração”. **Este último significa, como resulta das lições de Guido Falzone, em desenvolver a atividade administrativa “do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto”**. Tal dever, como assinala Falzone, “não se põe simplesmente como um dever ético ou como mera aspiração deontológica, senão como um dever atual e estritamente jurídico”. Em obra monográfica, invocando lições do citado autor, assinalamos este caráter e averbamos que, **nas hipóteses em que há discricionariedade administrativa, “a norma só quer a solução excelente”**. Juarez Freitas, em oportuno e atraente estudo - no qual pela primeira vez entre nós é dedicada toda uma monografia ao exame da discricionariedade em face do direito à boa administração - **com precisão irretocável, afirmou o caráter vinculante do direito fundamental à boa administração**. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. ed. 34, São Paulo: Malheiros, 2019, p. 126).

Dessa forma, não se espera da Administração Pública uma opção diferente do que a melhor de todas, **estando a validade da sua discricionariedade condicionada a esse elemento. Portanto, não sendo a opção administrativa a melhor de todas para sua necessidade, ela é inválida.**

Nessa toada, cumpre esclarecer que playgrounds confeccionados com partes em alumínio são itens ultrapassados, mais caros, que causam maior impacto ambiental e possuem o potencial de comprometer a segurança das crianças, quando comparados com outras opções disponíveis no mercado, como aqueles confeccionados com madeira plástica.



O próprio playground almejado por esta municipalidade conta com a maior parte de sua composição confeccionada em madeira plástica, sendo questionável o motivo pelo qual a estruturação e os balanços devem ser feitos especificamente em alumínio, sem a admissão da utilização de materiais similares.

É cediço que a madeira plástica é muito mais resistente e duradoura que o alumínio, além de possuir um custo exacerbadamente menor, e uma maior preocupação ecológica. Outra vantagem bastante atrativa — por gerar economia — é o fato deste material não precisar de manutenção por causa de sua grande resistência às mudanças climáticas (sol, sereno, chuva, ventania, poeira e geada) e por não exigir pinturas periódicas, já que sua cor não se desbota com o uso ou pela ação do sol.

O que motiva, dessa forma, a exigência de que elementos pontuais do playground sejam feitos em alumínio, ao mesmo tempo em que poderiam perfeitamente ser confeccionados em madeira plástica, seguindo o restante do descritivo do objeto?

Em realidade, da forma em que o descritivo está posto, a continuidade do certame resta comprometida. Isso porque, estando a validade da discricionariedade administrativa condicionada ao exercício da escolha ótima, conforme os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello trazem, o descritivo ora objeto de irresignação é inválido, uma vez que deixa de optar pela escolha do melhor material disponível no mercado.

A invalidade também pode ser observada sob um outro ponto de vista: a indevida restrição de competitividade exigida. Reitera-se que os playgrounds confeccionados em madeira plástica são infinitamente mais baratos, fazendo com que, conseqüentemente, haja um maior leque de fornecedores que trabalham com esse material.



Ao determinar que algumas partes do playground só possam ser confeccionadas em alumínio, sem qualquer justificativa contundente para tanto, o rol de fornecedores aptos a participar do certame diminui, e muito. Ao mesmo tempo, sabe-se que a ampla competitividade é condição primordial para a obtenção da proposta mais vantajosa. Isto é: sem ampla competitividade, inexistente a obtenção da proposta que traz maiores vantagens à Administração Pública.

Nessa toada, uma vez que esta municipalidade restringe sobremaneira a competitividade – exigindo material mais caro e de menor qualidade – sem explicitar os motivos para tanto, impossibilita que, através deste certame, seja alcançada a proposta mais vantajosa.

A atuação da Administração Pública deve ter como motivação e escopo o Interesse Público. Não à toa, todo e qualquer ato administrativo deve ser precedido de uma justificativa, também conhecida como motivo de fato. Ocorre que, no presente caso, haja vista todos os fatores anteriormente explicitados, de restrição de competitividade, impossibilidade da obtenção da proposta mais vantajosa, e não adoção da escolha ótima, **inexiste motivo de fato que justifique a exigência da composição em alumínio de alguns elementos do playground almejado.**

Cumprido destacar, por fim, que, além das irregularidades acima apontadas, também há incongruências no Edital: observa-se do descritivo do Edital a exigência da presença de 03 (três) plataformas, com altura mínima de 1,70m. Ocorre, entretanto, que a altura de 1,70m é demasiadamente alta para o que se pretende, e não condiz com as demais medidas do brinquedo.



A escada de 05 (cinco) degraus pretendida, por exemplo, ficaria impossibilitada no contexto de uma plataforma de 1,70m. São vários os exemplos que poderiam ser citados nesse sentido. Há, inclusive, notória suspeita de erro de digitação nessa medida, haja vista que uma altura tão elevada pode até mesmo comprometer a segurança das crianças usuárias do brinquedo, fazendo-se necessária sua alteração.

Assim sendo, o Edital deve ser imediatamente reformado, a fim de que a estruturação do playground e dos balanços seja confeccionada em madeira plástica, assim como o restante do brinquedo. Não sendo este o entendimento, é impositivo que, ao menos, admita-se a apresentação de materiais similares (mais especificamente a madeira plástica) na estruturação e nos balanços do playground, uma vez que inexistente justificativa contundente para que esses elementos sejam feitos exclusivamente em alumínio.



#### **IV. DO PEDIDO**

Estando o Edital em desacordo com a 8.666/93 e alterações, e com os princípios norteadores das licitações, REQUER A SUSPENSÃO IMEDIATA DO CERTAME, para que seja ALTERADO O EDITAL, retirando-se as especificações injustificáveis e que fogem da escolha ótima, devendo ser republicado e sanado dos pontos que o maculou, para reestabelecer a observância aos princípios basilares que norteiam as contratações públicas, sem os quais a presente licitação torna-se passível de nulidade a qualquer tempo com a responsabilização dos agentes por ele responsáveis, visando os objetivos do certame, ampliando a concorrência e proporcionando a seleção da proposta mais vantajosa.

Nesses Termos,  
Pede Deferimento

Rondonópolis, 26 de junho de 2019.

---

**CIRIACO PEREIRA FREIRE JR.**  
Sócio Administrador.